

Luís Adão da Fonseca
Universidade do Porto
Universidade Lusíada do Porto
Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

Significado da Batalha de Aljubarrota no contexto da conjuntura política europeia no último quartel do séc. XIV

Reconheço que falar do significado da Batalha de Aljubarrota é tarefa manifestamente difícil. Tema central na história da Baixa Idade Média Portuguesa, tem sido objecto de estudo por parte de grande número de historiadores, como SALVADOR DIAS ARNAUT¹, CARLOS GOMES BESSA², MARIA HELENA COELHO³, LUÍS MIGUEL DUARTE⁴, SAUL ANTÓNIO GOMES⁵, MÁRIO MARTINS⁶, JOÃO GOUVEIA MONTEIRO⁷, CÉSAR OLIVERA SERRANO⁸, MANUEL AFONSO DO PAÇO⁹, NUNO

¹ *A batalha de Trancoso*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1947; *A crise nacional dos fins do século XIV. I. A sucessão de D. Fernando*, Coimbra, [s.n.], 1960 (separata de *Biblos*, 35); “Algumas notas sobre a campanha de Aljubarrota”, *Revista Portuguesa de História*, 10, 1962, p. 467-499.

² *Batalha dos Atoleiros. Seu carácter precursor em Portugal*, Lisboa, [s.e.], 1984.

³ *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

⁴ *Aljubarrota. Crónica dos anos de brasa. 1383-1389*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2007.

⁵ *A Batalha Real. 14 de Agosto de 1385*, [s.l.], Fundação Batalha de Aljubarrota, 2007.

⁶ “Pero López de Perez Ayala em Aljubarrota e os seus cantares na prisão em Portugal”, *Estudos Medievais*, Porto, 7, 1986, p. 107-117.

⁷ *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 295-308; *Aljubarrota revisitada* (dir.), Coimbra, Imprensa da Universidade, 2001; *Aljubarrota (1385): a Batalha Real*, Lisboa, Tribuna da História, 2003; “De D. Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449). Os desafios da Modernidade”, *Nova História Militar de Portugal* (dir. MANUEL THEMUDO BARATA e NUNO SEVERIANO TEIXEIRA), vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 261-277; “La bataille d’Aljubarrota et la tactique au XIVème siècle”, *Quatre études d’Histoire Militaire Médiévale Portugaise*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura e Palimage, 2007, p. 87-104.

⁸ *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avis-Trastámara*, Santiago de Compostela, CSIC [Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento], 2005.

⁹ *Aljubarrota. Trabalhos em execução de arqueologia militar*, Lisboa, [s.e.], 1958 (em conjunto com MATTOS, Gastão de Mello); “Novos documentos sobre a batalha de Aljubarrota”, Lisboa, *Revista Infantaria*, 26, 1959, p. 372-384; *Escavações no campo da batalha de Aljubarrota: estado actual do problema*, Lisboa, Brotéria, 1960; “Do lendário da batalha de Aljubarrota”, separata das *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos Dr. José Leite de Vasconcelos*, vol. 2, Porto 1960; “Novos aspectos da batalha de Aljubarrota”, separata do *Boletim Cultural de Santo Tirso*, 1961; “Em torno de Aljubarrota. I. O problema dos ossos dos combatentes da batalha”, *Anais* [da Academia Portuguesa da História], 12, 1962, p. 113-163; “Système de fortifications de campagne découvert sur le champ de bataille d’Aljubarrota (14 Août 1385)”, separata do *Bulletin des Études Portugaises*, tomo 24, Lisboa, 1963; *Colaboração de arqueólogos e historiadores para a solução de alguns dos problemas de Aljubarrota*, Figueira da Foz, Colégio de Santa Catarina, 1965; “Escavações de carácter histórico realizadas no campo da batalha de Aljubarrota”, separata de *Bracara Augusta*, vol. 18-19, Braga, 1965.

JOSÉ VARELA RUBIM¹⁰, PETER E. RUSSELL¹¹, LUIS SUÁREZ FERNÁNDEZ¹², NUNO VALDEZ DOS SANTOS¹³, e AUGUSTO BOTELHO DA COSTA VEIGA¹⁴, entre outros¹⁵, em relação aos quais manifesto a minha dívida e o meu reconhecimento.

O que é que está em causa neste conflito? Qual é o significado do que aconteceu?

O *acontecimento-Aljubarrota* pode ser, simultâneamente, três coisas¹⁶: evento histórico de carácter militar ocorrido na jornada de 14 de Agosto de 1385, em primeiro lugar; momento decisivo no processo político-social que marca a transição de uma dinastia para outra em meados do último quartel do século XIV, em segundo lugar; manifestação em Portugal de um processo de ajustamento estrutural de carácter europeu, em terceiro lugar. Todas as três estão intrinsecamente ligadas e implicadas: o ajustamento estrutural europeu tem, em Portugal, tradução concreta no processo de transição dinástica, que, por sua vez, é indissociável da vitória militar do campo militar de S. Jorge.

Neste contexto, a compreensão do *acontecimento-Aljubarrota* não se reduz ao inventário do que *aconteceu* naquela tarde de Agosto de 1385; parte desse conhecimento (é o evento histórico de carácter militar que indiquei em primeiro lugar), mas aponta para mais longe: constitui o momento determinante que marca a direcção da saída para o conflito dinástico (que referi em segundo lugar), conferindo, desta forma, carácter específico ao modo como se traduziu, em Portugal, o ajustamento estrutural europeu (a que aludi em terceiro lugar).

¹⁰ “Sobre a possibilidade técnica do emprego de artilharia na batalha de Aljubarrota”, separata da *Revista de Artilharia*, 1986.

¹¹ “Galés portuguesas ao serviço de Ricardo de Inglaterra (1385-89)”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2ª série, 18, 1953, p. 61-73 (reeditado na colectânea do mesmo autor *Portugal, Spain and the African Atlantic. 1343-1490*, Aldershot, Variorum-Ashgate, 1995, nº IV); *The English intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II*, Oxford, Oxford University Press, 1955 (ed. portuguesa, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, de onde são feitas as citações); “Os ingleses em Aljubarrota: um problema resolvido através de documentos do Public Record Office de Londres”, *Revista Portuguesa de História*, 10, 1962, p. 419-433.

¹² *Historia del reinado de Juan I de Castilla*, vol. 1, Madrid, Universidad Autónoma, 1977.

¹³ “Certezas e incertezas da batalha de Aljubarrota”, *Revista Militar*, Agosto-Setembro de 1979, p. 461-545.

¹⁴ “Ayala e Aljubarrota”, *Revista Portuguesa de História*, 5, 1951, p. 237-266; “Algumas palavras sobre as prováveis concepções tácticas de Nuno Álvares nas duas sucessivas posições de Aljubarrota”, *Idem*, 8, 1959, p. 27-33.

¹⁵ *Aljubarrota, 1385-1985. Ciclo de conferências*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1987; CARMO, João António Rodrigues do - *A batalha de Aljubarrota. Uma explicação geográfica*, Lisboa, 2006 (dissertação de mestrado; Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa [disponível em <http://www.isegi.unl.pt/servicos/documentos/TSIG022.pdf>. Consulta em 2009.04.07.]); MATTOS, Gastão de Melo - “Considerações tácticas sobre a Batalha de Aljubarrota”, *Anais [da Academia Portuguesa da História]*, 12, 1962, p. 9-19; OLIVEIRA, Frederico Alcide de - *Aljubarrota dissecada*, 2ª ed., Lisboa, Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1988; OLIVEIRA, Frederico Alcide de - “Aljubarrota: em demanda da coerência”, separata da *Revista Militar* Lisboa, 1980; TAVARES, Jorge Campos - *Aljubarrota: a Batalha Real (14-VIII-1385)*, Porto, Lello & Irmãos, 1985; XIMENEZ DE SANDOVAL, C. - *Batalla de Aljubarrota. Monografía histórica y estudio crítico-militar*, Madrid, M. Rivadeneyra, 1872.

¹⁶ Aproveito aqui as observações que, a respeito do *acontecimento morte de D. João I*, escreveu ARMINDO DE SOUSA em *A Morte de D. João I. Um tema de propaganda dinástica*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

O objecto desta minha intervenção consiste, assim, em apontar as linhas gerais deste processo de encadeamento, desta rede de imbricamentos sucessivos. A brevidade desta intervenção não me permite levar tão longe como desejaria tal encadeamento, mas desde já manifesto que, no fundo, gostaria de seguir a sugestão provocatória de PAUL VEYNE, quando este autor, no seu conhecido livro sobre *Como se escreve a história*, defende que o trabalho historiográfico não se esgota na análise de factos ou no inventário de perspectivas, mas que deve procurar estabelecer enredos e conexões¹⁷.

Tais enredos nunca são anódinos, manifestam-se sempre em discursos portadores de sentido (na pergunta pelo significado, na atribuição de importância, na inventariação de consequências, etc.). Recorro, a este propósito a uma formulação alheia: é nesta construção narrativa que o discurso historiográfico *mobiliza recursos ou dispositivos poéticos mediante os quais o nível factual ou episódico se transforma numa história com determinado sentido*¹⁸. Por isso, a evocação global do acontecimento pressupõe duas abordagens complementares: o inventário das mutações e das continuidades – e recorro aqui a palavras de MICHEL MOLLAT na análise de 1274, considerado como *ano charneira*¹⁹ – e o aproveitamento dos sucessivos *olhares historiográficos* na linha do que magistralmente foi feito por GEORGES DUBY para a batalha de Bouvines²⁰.

FRANCO CARDINI, em livro recente, resume isto com palavras certas:

“... la storia non solo si può, ma anzi si deve scrivere al condizionale, con tutti i “se” e i “ma” del caso. Perchè solo in questo senso, riprendendo il discorso storico alla luce degli infiniti “possibili realizzabile” che si propongono di continuo come esito di un numero volta per volta indefinito di concause e preconditionamenti e dei quali volta per volta uno solo si realizza, si può coglieri il senso e il valore dell’unico “possibile” che diviene realtà”²¹.

¹⁷ Cito a partir da edição espanhola: *Como se escribe la historia. Foucault revoluciona la historia*, Madrid, Alianza Editorial, 1984, p. 33-41.

¹⁸ BONIFÁCIO, Maria de Fátima – “A narrativa na época-pós-histórica”, *Análise Social*, vol. 34, 150, 1999, p. 22.

¹⁹ *En fait, il existe pourtant, dans le passé, quelques moments où des problèmes graves se sont posés simultanément, où certains faits ou événements concomitants se présentent à la fois comme des indices de changements et des jalons de continuité, où les hommes ayant conscience des problèmes paraissent avoir pris le temps d’y réfléchir et de chercher des solutions résultant des antécédents et des circonstances autant que destinées à organiser l’avenir. Agissant ainsi, ils nous invitent, à leur tour, à la réflexion (1274. Année charnière. Mutations et continuités* [colóquio Paris-Lyon, 1974], Paris, CNRS, 1977, p. 7).

²⁰ *Le dimanche de Bouvines*, Paris, Gallimard, 1973, p. 181-232. Para o caso de Aljubarrota, tem interesse MARI-NHO, Maria de Fátima – *O sonho de Aljubarrota*, [s.l.], Fundação Batalha de Aljubarrota, 2007. Um exemplo ibérico em ALVIRA CABRER, Martín – *12 de Septiembre de 1213. El jueves de Muret*, Barcelona, Universitat de Barcelona, 2002, p. 409 e seguintes.

²¹ CARDINI, Franco; VALZANIA, Sergio - *Le radici perdute dell’Europa. Da Carlo V ai conflitti mondiali*, Milão, Mondadori, 2007, p. 4.

Qual é o contexto nacional e internacional em que Aljubarrota tem lugar? É um contexto difícil. Insere-se no processo de profunda crise demográfica e económica que afecta o conjunto europeu durante parte do séc. XIV, depois das quase três centúrias de contínuo crescimento que caracterizam o período posterior ao séc. XI. Ao mesmo tempo, os gérmes transformadores afectam a generalidade dos grupos sociais, contribuindo decisivamente para que os efeitos da crise se manifestem em todos os níveis da sociedade e em todos os seus aspectos, desde o institucional ao das mentalidades.

Assim, a vida política é seriamente influenciada, tanto na ruptura dos equilíbrios entre os poderes tradicionais, como no frequente enfrentamento militar ou na dificuldade em lograr novas articulações políticas e diplomáticas que substituam com êxito as anteriores, que se tinham revelado inoperantes. É, em suma, todo um conjunto de problemas, vividos pela Europa Ocidental entre meados do séc. XIV e meados do XV, e que, na terminologia política tradicional, é designado por *Guerra dos Cem Anos*. É tema bem conhecido, pelo que me eximirei de o descrever com pormenor.

No âmbito português, este processo tem sido abordado a partir do acontecimento político mais relevante: a *Crise de 1383-1385*. Tornou-se lugar-comum afirmar que se trata de uma crise dinástica. É certo, mas nem por isso deixa de ser uma meia verdade. Atraídos pela evidência do problema dinástico, com frequência se esquece que, de facto, a crise surge precisamente porque um sector significativo da sociedade portuguesa não aceita a legalidade dinástica. Em 1383, existe uma saída jurídica para a sucessão de D. Fernando, uma saída que, em termos formais, não é muito diferente de tantas outras que, com êxito, são aplicadas em diversas monarquias europeias no período medieval. No entanto, em Portugal, o problema surge ao não ser possível, em virtude de diversas circunstâncias, dar uma sequência política à solução jurídica acordada no tratado de Salvaterra. Assim, o problema engloba duas questões de fundo, às quais não nos podemos eximir de considerar.

Primeira questão de fundo: como se chega ao tratado de Salvaterra que, ao estipular a sucessão de D. Fernando na pessoa de sua filha Beatriz (rainha de Castela pelo matrimónio com o monarca João I), constitui o ponto de partida para a crise? Segunda questão de fundo: por que razão o estipulado não foi cumprido? Considero que estas duas questões são fundamentais, porque da sua resposta depende o problema fulcral desta minha intervenção: em que medida, perante o panorama no início do último quartel do séc. XIV, o desfecho da batalha representa a saída possível para a crise nacional?

Para ser rigoroso, reconheço que a pergunta não está bem feita. Deverá ser formulada nestes termos: em que medida, perante o panorama no início do último quartel do séc. XIV, o desfecho da batalha representa uma das saídas possíveis para a crise nacional? O matiz (a diferença entre *uma das saídas*

possíveis e a saída possível) é, aparentemente, de pormenor, mas o que se joga na diferença é, a meu ver, de crucial importância.

Com efeito, na crise portuguesa de finais do séc. XIV (como em muitas outras crises similares da Europa de então), não encontramos apenas uma situação problemática, antes se multiplicam as conjunturas críticas que confluem em espiral numa determinada sociedade e num determinado momento, pelo que é indispensável, em cada caso, saber distinguir e saber aferir o respectivo grau de incidência.

Começo por aludir aos factores decorrentes do enquadramento europeu, a que há pouco fiz referência. A necessidade de proceder a esta integração é frequentemente defendida, mas costuma ser resolvida com excessiva rapidez através de uma breve – e portanto insuficiente – referência à *Guerra dos Cem Anos*. No entanto, não basta afirmar que este conflito se desenvolve então no Ocidente europeu. Importa, sim, apontar as relações que ele tem com a Península Ibérica, sublinhando as implicações dos interesses em jogo na realidade portuguesa. Só assim se logra a inteligibilidade do particular pela ampliação da perspectiva, isto é, se evidencia a lógica do acontecimento local português através da integração da crise nacional no contexto mais vasto da conjuntura europeia.

Aliás, sobre este assunto importa fazer uma distinção básica. Em rigor, não tem sentido continuar a considerar a *Guerra dos Cem Anos* como se de uma só guerra se tratasse. É indispensável considerar neste período da história europeia dois grandes sistemas bélicos, perfeitamente diferenciados em termos cronológicos, e ambos obedientes a problemáticas político-militares autónomas. Nesta ordem de ideias, o que está em causa no período que nos interessa - a segunda metade do séc. XIV - é naturalmente o primeiro sistema de guerras, que se desenvolve entre 1336 e 1388, e que hoje em dia se classifica como *sistema de guerras de Crécy*²².

O desenrolar dos acontecimentos a partir de 1336 em França, quando começa a primeira das guerras do referido sistema – a Guerra da Flandres –, provoca imediatamente uma reordenação de todas as forças políticas no Ocidente Europeu. Neste contexto, a Península Ibérica de modo algum se pode manter alheia porque, em última análise, debate-se também algo que a afecta directamente: o domínio do espaço atlântico, desde a Mancha ao Cantábrico. Ou seja, através das conexões deste espaço com o Báltico e com o Mediterrâneo, esta primeira fase da *Guerra dos Cem Anos* implica também o debate pelo controlo das comunicações marítimas no seio do espaço deste primeiro

²² Recorro à contribuição clássica de BURNE, Alfred H. - *The Crecy war: a military history of the Hundred Years War from 1337 to the peace of Bretigny, 1360*, Londres, Eyre & Spottiswoode, 1955. Cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *De la crisis del siglo XIV a la Reforma, Historia Universal EUNSA*, vol. 6, Pamplona, EUNSA, 1980, p. 191 e seguintes.

Atlântico, projectado meridianamente ao longo das costas ocidentais da Europa, desde o Mar do Norte ao Golfo da Biscaia.

Portugal, inicialmente, logra manter-se à margem, mas isso deixa de ser possível a partir de 1346, ano da derrota francesa de Crécy. Então, a nossa diplomacia tem de se jogar em função de coordenadas divergentes, contraditórias nas suas implicações: por um lado, não interessa perder a amizade castelhana, essa amizade arduamente conseguida nos tempos de D. Dinis e recentemente confirmada na batalha do Salado; por outro lado – exigência dificilmente conciliável com a anterior –, não pode deixar de alinhar com as posições inglesas (vitoriosas nesse momento), sem cujo apoio dificilmente os portugueses têm acesso aos mercados e portos do Norte. Assim, a evolução dos acontecimentos orienta-se no sentido de criar no espírito dos responsáveis portugueses a ideia de que a amizade inglesa é, de momento, insubstituível. Recorde-se a destruição da frota mercantil castelhana em 1350, frente às costas de Winchelsea, ou a ofensiva inglesa de 1355²³, assim como as dificuldades dos franceses, que vivem então um ambiente de alterações de carácter social muito acentuado (refero-me à *Jacquerie* francesa de 1356, 1357 e 1358). Neste sentido, a política matrimonial da monarquia lusitana dos anos 40 revela um discreto pendor pró-inglês de que podem ser dados vários exemplos²⁴, complementada, em Outubro de 1353, com a assinatura de um tratado comercial luso-britânico²⁵. Entretanto, a circunstância de Castela se afastar nitidamente do aliado francês possibilita ao nosso rei D. Pedro I uma maior aproximação em relação ao reino vizinho, selada no tratado de paz de 1358, fortalecido posteriormente pela política de amizade que vigora mais ou menos até 1362²⁶.

Assim, quando D. Fernando sobe ao poder em 1367, o novo monarca herda do pai um alinhamento externo que concilia, sem graves dificuldades, uma amizade inglesa com coordenadas diplomáticas pró-castelhanas, num equilíbrio que parecia muito mais difícil de lograr na década dos anos 40. Essa paz externa, essa tranquilidade e prosperidade, vividas pelo monarca *Formoso* no início do seu reinado, serão por FERNÃO LOPES claramente

²³ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *De la crisis del siglo XIV a la Reforma* [obra citada na nota 22], p. 206-207.

²⁴ Em 1345, é negociado, embora sem consequências, um enlace britânico para alguma das filhas de D. Afonso IV (SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN, A. B. – *The commercial relations of England and Portugal*, Londres, George Routledge & Sons, 1907, p. 7-8), e em 1347, Leonor de Portugal casa com Pedro IV de Aragão, matrimónio que se situa claramente na sequência dos contactos diplomáticos entre Inglaterra e os reinos peninsulares que datam do início de 1344 (SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 206-208 e 220-221).

²⁵ MARQUES, João Martins da Silva - *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua história*, vol. 1, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944, doc. 80, p. 96-97 (ed. facsimilada, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988); SHILLINGTON, V. M.; CHAPMAN, A. B. – *The commercial relations* [obra citada na nota 24] p. 42-43.

²⁶ MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) – *Chancelaria de D. Pedro I*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p. 90-92. Cfr. PIMENTA, Cristina – *D. Pedro I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 154 e seguintes.

acentuadas²⁷; hoje em dia, sabemos que tudo isso está em parte relacionado com um conjunto de circunstâncias externas a Portugal, já que resulta da conjuntura política europeia subsequente ao tratado de Brétigny de 1360²⁸.

No entanto, é um equilíbrio instável. Basta que o reino vizinho entre em dificuldades, basta que a guerra civil alastre por Castela, basta que tais dificuldades tenham implicações na política europeia, para que a monarquia portuguesa sinta problemas crescentes em manter esse equilíbrio. O rei de Portugal ainda tenta jogar simultaneamente com ambos os partidos²⁹, mas, a partir de 1368-69, isso deixa de ser possível. A aliança entre Castela e França, ultrapassado o plano estritamente diplomático, passa a ter uma crescente dimensão de carácter militar, o que vai ter uma importante consequência: dá-se uma deslocação progressiva do teatro de operações para as ondas do Atlântico. Com efeito, a intervenção da marinha castelhana faz com que a França derrotada em Crécy se transforme cada vez mais em vencedora no mar; assim, com a capitulação inglesa em La Rochelle, em 1372, podemos dizer que o domínio dos barcos castelhanos no Atlântico passa a ser cada vez mais significativo³⁰.

Perante esta situação, qual é a capacidade de manobra do rei de Portugal? O seu objectivo parece evidente: o monarca procura, por toda as formas possíveis, salvaguardar a autonomia do comércio português no Atlântico. Efectivamente, a defesa do acesso dos barcos nacionais a esse espaço marítimo apresenta-se como o objectivo primordial da nossa política externa. Se, da parte da monarquia portuguesa, não se encontra um posicionamento definido, tal indefinição deve-se a uma simples razão: o monarca compreende que, ao não possuir o reino capacidade para impor unilateralmente uma política, não tem outra alternativa senão aproveitar as possibilidades oferecidas pelas alianças; e, ao ser a situação internacional extremamente fluida, D. Fernando vê-se obrigado a jogar permanentemente numa teia cada vez mais confusa. Com efeito, nos anos setenta do séc. XIV, as autoridades portuguesas dificilmente poderiam praticar uma política substancialmente diferente³¹. Mas, ra-

²⁷ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, Lisboa, IN-CM, 2004, p. 5-9.

²⁸ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *De la crisis del siglo XIV a la Reforma* [obra citada na nota 22], p. 210-212; idem, *La Europa de la Cinco Naciones*, Madrid, Ariel, 2008, p. 336-338.

²⁹ É uma preocupação que se nota muito bem em 1366 e 1367 (por exemplo, entre finais de 1366 e princípios do ano seguinte, D. Pedro I envia uma embaixada aos ingleses com o propósito de se desculpar do que dizia o rei de Castela (RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 100).

³⁰ RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 222-224. Consequências em Portugal: idem, p. 224 e seg.

³¹ Em 1369, quando ainda não se tinha dado a derrocada inglesa no Atlântico, o rei de Portugal assume uma orientação nitidamente anglófila, convencido que poderia obter benefícios na área peninsular. Assim, recorre ao estraagem de assumir a herança dos *emperegillados* (nome dado aos partidários de Pedro I de Castela pelos seus inimigos). E só neste sentido se pode interpretar a sua idílica intervenção no reino vizinho, ou a negociação de casamento com Leonor de Aragão (sobre esta negociação, veja-se LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 99-100). Sobre as intervenções peninsulares de D. Fernando, tema abundantemente estudado, vejamos (além da fonte indispensável, LOPES, Fernão – Idem), as seguintes sínteses recentes: GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; MARTINS, Armando - *Guerras fernandinas, 1369-1382*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2008; MONTEIRO, João Gouveia - “De D. Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449)” [obra citada na nota 7], p. 250-261.

pidamente, se compreende que essa política, é, na prática, inexecutável. A intensa evolução do conflito europeu a favor do bloco franco-castelhano obriga D. Fernando a uma definição, o que ele faz em termos de uma adesão formal: é o que significa o tratado luso-castelhano de Março de 1371 e a promessa de se casar com outra Leonor – a segunda, depois de Leonor de Aragão –, filha do rei de Castela Henrique II Trastâmara³².

Creio ser este o sentido a conferir às sucessivas negociações de casamento do *Rei Formoso* (Leonor de Aragão, depois Leonor de Castela, e, finalmente, a portuguesa Leonor Teles). Na verdade, a política matrimonial do soberano português nestes anos tem sido deficientemente compreendida, pelo que é fundamental situá-la no contexto das circunstâncias internacionais peculiares de cada momento. Na verdade, tanto o casamento com a filha de Pedro IV de Aragão como com a filha de Henrique II de Castela implicavam um alinhamento político: no caso da primeira, pró-inglês; no caso da segunda, pró-francês. Assim, a decisão, em Maio de 1372, de casar subitamente com uma portuguesa significa – em termos de política externa – recusar-se a tomar qualquer decisão política que implique um definitivo alinhamento europeu³³. Estamos na recta final do processo que conduzirá à trégua de Bruges de 1375, trégua que confirmará o domínio total de Castela sobre o Atlântico³⁴ e D. Fernando, sob pena de fechar à marinha nacional o espaço situado a norte do cabo Finisterra, não terá outra solução senão chegar a um *modus vivendi* com a monarquia vizinha. Percebemos agora o sentido do casamento com Leonor Teles. Nessa época, um tratado diplomático implica uma sequência matrimonial, e, se D. Fernando estivesse solteiro, dificilmente poderia evitar um enlace com a casa real castelhana. Assim, homem casado, não o pode fazer, ficando o caminho aberto para outras combinações matrimoniais que, ao não afectarem a sua pessoa, se revestiriam de implicações menos graves. Quer dizer, o casamento de D. Fernando com Leonor Teles foi, para todos os efeitos, uma clara jogada de antecipação³⁵. FERNÃO LOPES, a iniciar a sua crónica deste rei, descreve-o como *mancebo valente, ledo e namorado, amador de mulheres e achegador a elas*³⁶. É possível que o tenha sido, mas, pelo menos nas suas decisões matrimoniais, tais opções têm um indiscutível cariz diplomático.

³² LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 157-163; as pazes luso-castelhanas em idem, p. 179-183.

³³ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 197-204 e 215-217.

³⁴ RUSSELL, P. E. – *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 254-258.

³⁵ Assim, Beatriz, sua irmã, casa com o Infante Sancho de Castela (LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 286 e 293), Isabel, filha natural do rei de Portugal, casa com o conde de Gijón (idem, p. 293 e 335-337) e D. Beatriz, ainda pequena, pode ser prometida, sem qualquer perigo, a sucessivas figuras da casa real castelhana, primeiro ao filho natural de Henrique II, Fradique, em 1373 (idem, p. 339-341; ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional* [obra citada na nota 1], p. 19-20 e 267-286), depois ao primogénito e herdeiro da coroa Henrique, em 1380 (LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 405-408; ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional* [obra citada na nota 1], p. 26-27 e 296-324), e, finalmente, a Fernando, filho de João I, em 1382 (LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 535).

³⁶ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 3.

Para compreender o sentido de actuação do monarca português, é forçoso recordar mais uma vez que D. Fernando outra coisa não pode fazer senão, pagando a menor factura possível, negociar com os senhores do Atlântico a liberdade de navegação para o comércio lusitano. Por isso, o acordo de Santarém de 19 de Março de 1373, assinado entre Portugal e Castela, estende-se à França³⁷, e contém medidas anti-inglesas³⁸; por isso, as naus portuguesas apoiam a marinha castelhana contra o rei de Inglaterra. Aparentemente, dir-se-ia que o rei de Portugal abdica de uma política externa própria; com muita razão e algum humor o reconhece o próprio soberano quando, no regresso do encontro com o rei de Castela Henrique II, desabafa aos seus: *Quanto eu hanrricado venho!*³⁹.

No entanto, a realidade é mais ambígua. Forçado pelas circunstâncias a assumir uma diplomacia favorável a Castela, não deixa D. Fernando de manter aberta a hipótese de ter de recorrer no futuro ao apoio britânico, pelo que se desenvolvem desde 1372 negociações com a Inglaterra, que vão ter resultados práticos a curto prazo, nesse mesmo ano e no seguinte⁴⁰.

Ao chegarmos à década dos anos 80, a conjuntura europeia complica-se rapidamente. O Cisma da Igreja de Novembro de 1378 acentua a divisão, ao conferir uma expressão de obediência religiosa ao alinhamento internacional⁴¹. Além disso, a alteração da política inglesa em relação à Península Ibérica acaba por destruir o emaranhado diplomático em cuja teia se tinha metido D. Fernando. Enquanto em Inglaterra aumenta o interesse pelo mundo ibérico, o domínio castelhano no Atlântico parece constituir uma coordenada irreversível; por exemplo, tenha-se em conta o êxito do ataque ao Tamisa levado a cabo pela frota vasca em meados de 1380⁴². Para Portugal, tudo isto representa uma sucessão de pressões desencontradas, às quais o reino tem enorme dificuldade em resistir. Vejamos de que maneira isso acontece.

Desenvolve-se, nessa altura, no seio da política portuguesa, uma situação que nem sempre tem sido suficientemente sublinhada. A nossa política exter-

³⁷ RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 228.

³⁸ LOPES, Fernão - *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 285. Cfr. RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 225-228.

³⁹ LOPES, Fernão - *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 291.

⁴⁰ Em 10 de Julho deste ano, em Tagilde, é assinado um tratado de amizade e aliança com o duque de Lencastre contra Henrique II de Castela (PINTO, Sérgio da Silva - "O primeiro tratado da aliança anglo-português - Tratado de Tagilde de 10 de Julho de 1372", *Boletim do Arquivo Municipal de Braga*, 12, 1949, p. 347-363; Idem, "O primeiro tratado aliança anglo-português - Tratado de Tagilde de 10 de Julho de 1372", *Scientia Iuridica*, 2, 1952, p. 195-208. Objecto de procaurações várias, será no ano seguinte este acordo transformado em tratado de paz e de aliança entre D. Fernando e Eduardo III de Inglaterra, sendo assinado em 16 de Junho de 1373 (ALMADA, J. de - *A aliança inglesa. Subsídios para o seu estudo*, 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1946, p. 9-15; RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 229-230; ARNAUT, Salvador Dias - *A crise nacional* [obra citada na nota 1], p. 34).

⁴¹ BRÁSIO, António - "Influência do cisma castelhano na solução da crise nacional de 1385", *Lusitânia Sacra*, 4, 1959, p. 93-129.

⁴² RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 278; panorama geral da guerra marítima em idem, p. 259-279.

na é feita simultaneamente – e em termos, de facto, contraditórios – por dois poderes paralelos. Enquanto um procura negociar com o reino vizinho uma aproximação que não impeça o acesso dos barcos portugueses ao Atlântico (além de outros objectivos), o outro vai negociar com a Inglaterra a renovação da aliança. Só assim se compreendem os tratados de 1373, já referidos, assinados com a ligeira diferença de três meses, e que, em Maio-Julho de 1380, D. Beatriz tenha sido objecto de duas negociações matrimoniais de signo oposto: em 21 de Maio, por iniciativa portuguesa, é acordado o seu matrimónio com o herdeiro castelhano⁴³, e, dias depois, João Fernandes Andeiro recebe de Ricardo II de Inglaterra poderes para negociar uma aliança com Portugal, a qual, assinada em 15 de Julho, conduz à negociação do matrimónio de D. Beatriz com o filho do conde de Cambridge⁴⁴.

Esta utilização da pessoa da infanta portuguesa como moeda de troca neste estranho e confuso jogo diplomático é, assim, a manifestação mais evidente da duplicidade política, anteriormente referida. Mas, esta actuação diplomática da monarquia portuguesa não pode ser unicamente objecto de uma leitura em termos políticos: não só os interesses económicos em jogo não eram unívocos, como os problemas do interior continental e do litoral marítimo só parcialmente convergiam no mesmo sentido; por outro lado, esta disjunção tem uma nítida expressão social. Aliás, em maior ou menor grau, esta característica afecta a diplomacia da generalidade das potências de então. Além disso, no caso concreto dos dirigentes portugueses, tem-se a sensação de que estes, obcecados pelo êxito das manobras praticadas com objectivos de curto prazo, especialmente nesses anos de 1379 e 1380, não têm uma ideia clara de qual é a política de fundo a seguir. O monarca, nesse momento, apenas parece estar preocupado em afastar os filhos de Inês de Castro da sucessão. A que se deverá tal atitude? Razões de ressentimento pessoal em relação aos irmãos? É provável. No entanto, deve haver um motivo mais forte; D. Fernando pode estar profundamente convencido de que a *solução nacional* representada por estes não era viável por não dispor de sólidos apoios internacionais. De facto, com os dados disponíveis, é impossível dar uma resposta categórica.

Entretanto, a situação agudiza-se. Desde finais de 1380 que o Parlamento inglês concede verbas importantes para financiar operações militares na Flandres e na Península Ibérica⁴⁵; a simples alusão a estas duas regiões mostra

⁴³ RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 329; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Historia del reinado de Juan* [obra citada na nota 12], p. 78-80.

⁴⁴ LOPES, Fernão - *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 460; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís - *Historia del reinado de Juan* [obra citada na nota 12], p. 79; RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 329-333.

⁴⁵ RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 315 e seg.

bem onde se situam, na perspectiva britânica, os nós fulcrais da guerra. No que a Portugal diz respeito, tem então lugar a expedição do conde de Cambridge, bem conhecida⁴⁶. A situação é manifestamente grave. Castela não esconde o seu propósito, confrontada com o que entendia ser a iniludível entrada de Portugal no bloco britânico: reunir uma forte armada com o objectivo de bloquear totalmente a costa portuguesa. Portugal ainda tenta reagir, mas a reacção termina dolorosamente na derrota naval de Saltes⁴⁷. Perante esta situação, pouco pode fazer D. Fernando, em 1382, confrontado com a frota castelhana a impedir os acessos a Lisboa e com o Parlamento inglês a decidir, repentinamente, a suspensão dos fornecimentos de dinheiro. Não é de espantar que a situação evolua no sentido de um novo acordo de paz luso-castelhano. Pelo acordo de Elvas de Agosto de 1382, D. Beatriz – sempre ela – é prometida a Fernando de Antequera, o príncipe castelhano que mais tarde será rei de Aragão, com o correspondente abandono da hipótese inglesa do conde de Cambridge⁴⁸. De facto, em termos meramente políticos, e para os interesses portugueses, o casamento com Fernando parece ser o melhor de todos os casamentos *castelhanos*⁴⁹.

É fácil acusar o rei de Portugal de se ter afastado progressivamente de Inglaterra, e de ter alinhado ao lado da potência vizinha. Mas o mesmo faz então Navarra⁵⁰. De facto, nesse momento, tudo favorece a balança para o lado castelhano. Recordemos a tentativa inglesa de desembarque na Flandres, que, em 20 de Novembro de 1382, é completamente desbaratada em Roosebecke, enquanto a frota vasca patrulha o Atlântico desde o mar do Norte ao estreito de Gibraltar⁵¹. Ou seja, Castela domina todo o arco das rotas atlânticas. A título de pormenor ilustrativo, tenha-se em conta que os ingleses da expedição do conde de Cambridge, quando regressam a Inglaterra em Setembro de 1382, o fazem em barcos castelhanos⁵².

Nesse momento concreto (estamos em finais de 1382), tudo indica estarmos perto da vitória castelhana, na Europa e em Portugal. Compreende-se, assim, que D. Fernando se convença que Portugal só pode navegar no interior desse espaço marítimo se integrado na área de influência castelhana; e do mesmo se terá convencido muita gente na Europa de então. Talvez ajude um

⁴⁶ RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 335 e seg.

⁴⁷ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 439-448; RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 344. Cfr. MONTEIRO, Saturnino - *Batalhas e combates da marinha portuguesa*, vol. 1 (1139-1521), Lisboa, Sá da Costa, 1989, p. 33-36.

⁴⁸ RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 371. Oficialmente, esta hipótese só foi abandonada depois de Salvaterra (LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 561-562).

⁴⁹ Cf. LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 535.

⁵⁰ RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 308-309.

⁵¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Historia del reinado de Juan* [obra citada na nota 12], p. 117-119.

⁵² RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 371-372.

pouco a melhor a perceber a actuação do infeliz monarca lusitano, nestes últimos anos de vida, se recordarmos que, ao enviuar repentinamente João I de Castela (Setembro de 1382) são várias as potências que imediatamente propõem um casamento real ao monarca viúvo. Fá-lo Aragão, fá-lo Navarra, fá-lo inclusivamente Inglaterra, e fá-lo, como é bem sabido, Portugal. De facto, esta confluência revela existir um desejo unânime de pacificar a Península, pelo que tal matrimónio é por todos entendido como instrumento diplomático dessa pacificação.

Assim, não é de estranhar que o soberano lusitano dê a sua anuência ao projecto de substituição de Fernando de Antequera pelo próprio rei de Castela⁵³. Para Portugal, tal substituição representa uma imediata segurança, embora, como é de todos bem conhecido, represente também uma grave hipoteca a médio prazo. Mas, a curto prazo, o benefício obtido parece justificar o preço. É, aliás, interessante referir que, no final de 1382, parece existir no País um certo consenso a favor desta solução: ela representa a única alternativa capaz de, no momento, oferecer a paz. Por isso se chega tão depressa aos acordos luso-castelhanos, primeiro de Pinto (Dezembro de 1382)⁵⁴, depois, de Salvaterra (Abril de 1383)⁵⁵. Na verdade, em termos diplomáticos, este último tratado representa a inserção lusitana no que LUIS SUÁREZ FERNÁNDEZ chama o *sistema de monarquias que, depois de Roosebecke, iria controlar o comércio e a navegação entre o mar do Norte e o estreito de Gibraltar*⁵⁶. Na perspectiva dos interesses castelhanos, é mais do que a renovação – ampliada – do tratado de Santarém de Março de 1373, é o espaço atlântico assumido agora em termos diplomáticos.

É importante ter presente estas circunstâncias porque, sem elas, dificilmente compreendemos o desenrolar dos acontecimentos que se seguem.

Vimos como em meados de 1383, a monarquia portuguesa julga ter resolvido o problema dinástico da sucessão de D. Fernando. No entanto, a resolução é aparente, porque se mantém em aberto o problema político. E este continua à espera de uma saída. Por um lado, a experiência recente não é animadora. Todas as tentativas feitas para assegurar um espaço político-diplomático-económico e marítimo relativamente autónomo esbarram com a inevitabilidade de um acordo com a Inglaterra, que, por sua vez, implicava a frontal oposição castelhana. É justo reconhecer que D. Fernando tenta este caminho por todas as vias possíveis desde as mais ambíguas até às que con-

⁵³ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 545 e seg.; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Historia del reinado de Juan* [obra citada na nota 12], p. 125 e seg.

⁵⁴ ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional* [obra citada na nota 1], p. 341-355; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Historia del reinado de Juan* [obra citada na nota 12], p. 127-130.

⁵⁵ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando* [obra citada na nota 27], p. 547-560 e 567-573; ARNAUT, Salvador Dias – *A crise nacional* [obra citada na nota 1], p. 357-393; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Historia del reinado de Juan* [obra citada na nota 12], p. 130-134.

⁵⁶ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Historia del reinado de Juan* [obra citada na nota 12], p. 132.

duzem ao enfrentamento militar, mas os resultados sempre são negativos para Portugal. Por outro lado, em face disto, as principais correntes da opinião e os correspondentes grupos de pressão portugueses dividem-se quanto à atitude a tomar. O partido anglófilo, actuando agora através do conde de Ourém, encontra franco apoio entre a burguesia das cidades marítimas⁵⁷. A aristocracia, por sua vez, divide-se: uns aceitam a amizade castelhana, a qual, através do casamento de D. Beatriz com João I, encerra duvidosas garantias para a nossa independência, a médio prazo; outros defendem o recurso a uma *solução nacional*, concretizada na defesa da sucessão na pessoa dos filhos de Inês de Castro⁵⁸. No entanto, subjacentes a ambas as opções nobiliárquicas, existem factores comuns que importa ter em consideração: são os valores cavalheirescos do código de honra tantas vezes aludidos na bibliografia, são os condicionamentos derivados do relacionamento interno das famílias aristocráticas, e relativos tanto aos problemas sucessórios como aos aspectos militares, e são determinados interesses de tipo material de carácter multiforme, como é o caso daqueles que estão relacionados com a interpenetração económica do interior português com o território castelhano; é mesmo possível que, para a alta nobreza portuguesa, a organização castelhana tenha eventualmente aparecido como um modelo atractivo a imitar⁵⁹. São aspectos insuficientemente conhecidos, e que importaria estudar com maior atenção. No meio, actuam elementos desestabilizadores de origem vária; é o caso do grupo de emigrados *emperegilados* que, controlando alguns lugares chaves, se conduzem de forma ambígua, oscilando entre um certo *anglofilismo* e algum *castelhanofilismo* pouco claro. Finalmente, Leonor Teles, cada vez mais interessada na defesa de um poder pessoal, age ao sabor das circunstâncias. É evidente, finalmente, que a conjuntura da crise económica e social, não é alheia a este ambiente político. Nas suas linhas gerais, é assunto bem conhecido.

Percebemos, assim, por que razões D. Fernando, doente, não encontra outra saída senão reforçar o vínculo castelhano, ou seja, compreendemos como se chega ao tratado de Salvaterra⁶⁰.

No entanto, como é bem sabido, este tratado fracassa. O que implica a questão que há pouco levantava, quando indiquei a segunda questão de fundo: por que razão não é possível, em termos políticos, dar sequência ao estipulado no tratado de Salvaterra? A interrogação é importante porque o enfrentamento militar - consubstancializado em Aljubarrota - resulta da impossibilidade da resolução política do problema.

⁵⁷ RUSSELL, P. E. - *The English intervention* [obra citada na nota 11], p. 220, 226, 227, 229, 231-232, 315, 354, 386.

⁵⁸ V.g. ARNAUT, Salvador Dias - *A crise nacional* [obra citada na nota 1], p. 173 e seg.

⁵⁹ Cfr. a observação de LUIS SUÀREZ FERNANDEZ - *Nobleza y monarquía. Entendimiento y rivalidad. El proceso de construcción de la Corona Española*, Madrid, La Esfera de los Libros, 2003, p. 70-71.

⁶⁰ Dispensó-me de entrar em mais pormenores. Vd. nota 31.

Creio que a resposta a dar pode andar à volta de uma reflexão sobre o que se passa com o Mestre de Avis, primeiro, defensor e regedor do Reino, depois, rei de Portugal, D. João I. Sem entrar em pormenores, direi que este parece evoluir desde uma posição favorável à aproximação de Portugal a Castela (teria sido ele o primeiro português a convidar o rei de Castela depois da morte do rei de Portugal⁶¹, num processo que parece acompanhar a paralela evolução do posicionamento da Ordem de Avis) para uma cada vez mais clara inclinação para o lado pró-britânico. Trata-se de um fenómeno que se acentua a partir do decorrer do primeiro semestre de 1384, e para o qual terão contribuído vários factores: por um lado, a evidência da impossibilidade da solução dinástica na pessoa dos filhos de Inês de Castro, e, por outro, a consequente transformação do Mestre de Avis (inicialmente mero representante do seu irmão homónimo, filho de Inês de Castro) em única alternativa viável à integração de Portugal em Castela⁶². Creio, aliás, que idêntico processo de evolução se nota em termos da sensibilidade social dominante. O palco onde esta evolução se nota de forma mais clara é o da Cortes de Coimbra, desse mesmo ano de 1385. Como já foi apontado, os capítulos gerais aí apresentados revelam um discurso ideológico revelador dos interesses socioeconómicos da burguesia mercantil das cidades do litoral. Assim, em perfeita coerência com o que sabemos serem os valores defendidos por essa burguesia, são os próprios procuradores a declararem que tais valores se pautam pelo modelo inglês: com efeito, a abrir o primeiro capítulo geral, e ao indicarem que tipo de relação deve o rei manter com os seus conselheiros, esclarecem: porque *assim se costuma fazer pelos Reis de Inglaterra*, e por isto *são louvados em todas as partes do mundo*⁶³. A análise do que são os interesses subjacentes aos valores defendidos pela burguesia aponta claramente para as realidades que dependem do comércio marítimo com o norte da Europa, aspecto que já estudei em outros trabalhos e se situam no quadro da estrutura do nosso comércio externo na segunda metade do século XIV⁶⁴.

Quer isto dizer o seguinte: no entendimento das cidades marítimas portuguesas na segunda metade do séc. XIV, Portugal só tem possibilidades de manter o acesso privilegiado às rotas do Atlântico meridiano num quadro político e diplomático de perfeita demarcação relativamente às rotas castelhanas, vascas ou andaluzas, na medida em que as frotas do reino vizinho se desenvolvem também no mesmo espaço. Com efeito, a eventualidade de os

⁶¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís – *Historia del reinado de Juan* [obra citada na nota 12], p. 164, nota 4.

⁶² Cfr. a síntese sobre a evolução da posição do futuro rei D. João I em ARNAUT, Salvador Dias – *A batalha de Trancoso* [obra citada na nota 1], p. 7-9, nota 1.

⁶³ SOUSA, Armindo de – “O discurso político dos concelhos nas cortes de 1385”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 2, 1985, p. 31 (nota) e p. 39.

⁶⁴ “As relações comerciais entre Portugal e os reinos peninsulares nos séculos XIV e XV”, em *Actas das 2^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval* (Porto, 1985), vol. 2, Porto, INIC, 1988, p. 541-561.

barcos portugueses terem acesso ao Atlântico no quadro de uma aliança com Castela acabaria por subalternizar a navegação lusitana nessas rotas; isto é, acabaria por ser fatal a todo o nosso relacionamento comercial externo. Nessas circunstâncias, não é exagerado afirmar que, no reinado de D. Fernando e durante o *Interregno*, a nossa burguesia marítima demonstra possuir um perfeito conhecimento das coordenadas da situação, das nossas possibilidades e das nossas limitações. Recusa – repetidamente – apoiar uma política internacional que, embora obedeça a uma certa lógica diplomática, acabaria por ter sérios inconvenientes na sua vertente comercial. Por isso, a mesma burguesia marítima prefere outra orientação que, segundo ela, assegura melhor ao País esse acesso preferencial ao espaço atlântico. Pouco tempo depois, mercê da evolução político-militar consubstancializada nas Cortes de Coimbra e em Aljubarrota, tal opção conhecerá a sua concretização em termos diplomáticos no tratado de Windsor assinado no dia 9 de Maio de 1386.

Não vou falar deste Tratado⁶⁵. Chamarei simplesmente a atenção para a circunstância de que este acordo, tal como foi assinado, não tem apenas uma expressão política; paralelamente, revela uma opção estratégica concretizada no domínio marítimo. Na mesma ocasião, é assinada uma convenção entre os dois monarcas, segundo a qual o rei de Portugal se compromete a enviar no Verão dez galés, armadas e equipadas à sua custa, que até 29 de Setembro estarão ao serviço do rei de Inglaterra contra os inimigos deste. Nos verões seguintes, as mesmas galés serão alugadas por um prazo de seis meses, mediante o pagamento pelo rei de Inglaterra da soma estipulada⁶⁶.

Em resumo, impõe-se reunir as ideias expostas numa breve conclusão.

Procurei sublinhar as coordenadas que afectam mais directamente a realidade portuguesa. De facto, é compreensível a necessidade de Portugal de assegurar um acesso às rotas do Atlântico meridiano: da consecução desse objectivo depende todo o relacionamento económico externo do País. No entanto, durante os anos do reinado de D. Fernando e durante o *Interregno*, mantém-se de pé a questão fulcral de definir a tática diplomática mais adequada para lograr o referido objectivo. D. Fernando não é capaz de resolver o problema porque o procura fazer alternando as alianças, esquecendo-se que os tratados não são instrumentos neutros. Depois de sucessivos reveses, acaba por enveredar pela opção plasmada nos tratados de Santarém e de Salvaterra. De facto, no momento, é a solução possível: mas, nas circunstâncias e nos termos em que foi negociada, é indiscutivelmente uma saída repleta de inconvenientes diplomáticos e económicos. Além dos que anteriormente foram

⁶⁵ Tive oportunidade de desenvolver este tema em *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986.

⁶⁶ RUSSELL, Peter E. - “Galés portuguesas ao serviço de Ricardo de Inglaterra (1385-89)” [obra citada na nota 11].

apontados, sublinhe-se aquele que, em termos do nosso relacionamento externo constitui o maior de todos eles: o processo político-diplomático que, de 1373 a 1383 nos encaixa no espaço atlântico controlado por Castela, é feito sem quaisquer garantias para Portugal (veja-se a facilidade com que, uma vez vago o trono português, é destruída qualquer alternativa do tipo da que é defendida, por exemplo, pelos filhos de Inês de Castro). Pensamos que é importante chamar a atenção para este aspecto. Ele explica a forma sinuosa como o grupo reunido à volta do Mestre de Avis constrói a teia da recuperação da autonomia (entenda-se, *descastelhanização*) das rotas portuguesas do Atlântico. É um processo pouco linear, pelas implicações várias, de natureza política, militar, diplomática, económica e até social. Tentar descrevê-lo implicaria fazer a história da própria crise de 1383-1385.

No entanto, vale a pena acentuar como, em todo este processo, há um momento - é todo um ano - decisivo sob o ponto de vista da história diplomática da crise. Entre Março de 1384 (partida dos embaixadores para Inglaterra) e Março de 1385 (Cortes de Coimbra), os que em Portugal se opõem ao rei de Castela convencem-se (ou os factos encarregam-se de os convencer) que o êxito da empresa depende da confluência de dois factores: o conseguir-se um apoio britânico (não só militar, mas também político), e a escolha de um novo soberano.

Se esta leitura dos acontecimentos corresponde à verdade, não é difícil chegar a outras conclusões com certo interesse. Assim, conjugando todas as informações disponíveis, não é ousado pensar que a necessidade dessa confluência se torna cada vez mais nítida a partir de Outubro de 1384, quando se decidem convocar as cortes para Coimbra. Ou seja, quer isto dizer que as Cortes de Março de 1385 visam, além dos objectivos que tradicionalmente lhes têm sido atribuídos, um propósito complementar de âmbito diplomático que também merece ser sublinhado: que a eleição formal do rei possibilitasse aos nossos embaixadores a ampliação do auxílio militar inglês ao nível mais alto de um tratado de aliança (por isso, os novos poderes para os embaixadores são enviados logo no dia 15 de Abril). Ou seja, o ciclo decisivo decorre entre Março de 1385 (Reunião das Cortes em Coimbra) e Maio de 1386 (assinatura do tratado de Windsor). Ambos os momentos (Coimbra e Windsor) se explicam entre si porque cada um remete para o outro. As Cortes elegem o rei e apontam para Inglaterra; o tratado confirma internacionalmente o rei e viabiliza diplomaticamente a dinastia.

Neste sentido, o tratado de Windsor é altamente revelador: como JORGE BORGES DE MACEDO chamou a atenção, *Portugal apercebia as consequências de estribar a sua independência em forças exclusivamente peninsulares, em combinações dinásticas ou em alianças mal definidas. Por outras palavras, era flagrante a necessidade de reforço das condições de apoio a*

*uma intervenção positiva vinda por mar e que compensasse a pressão suportada pela fronteira terrestre*⁶⁷. E é para evitar tais inconvenientes que o acordo é assinado. Na verdade, ele é muito importante precisamente porque funciona como quadro onde se situa, em princípios do séc. XV, a integração de Portugal na Europa de então. Com efeito, o tratado cria os instrumentos diplomáticos que permitem assegurar a liberdade de acesso de Portugal às rotas marítimas atlânticas, ou seja, na perspectiva dos interesses lusitanos, constitui a resposta adequada aos problemas levantados pela integração de Portugal nas ligações marítimas da Europa do Sul com o Norte.

Por outras palavras, LUCIANA STEGAGNO PICHIO já chamou a atenção para este problema quando escreveu:

*“Apertado entre a Espanha e o Oceano, o país, falho de gente e portanto impossibilitado para uma aventura de mudança na fronteira oriental, foi levado a considerar como fronteira estável o seu limes terrestre e fronteira móvel, conforme a natureza do homem, a do Oceano. [...] teve assim que considerar o Oceano o único território onde teria sido possível ampliar os seus confins, modificar a linha da sua avançada. Desta forma, a verdadeira fronteira para eles, senhores do mar, iria coincidir com a linha imaginária em que o mar se acaba e a terra (alheia e portanto inimiga) (re)começa”*⁶⁸.

Creio que é neste contexto que a Batalha de Aljubarrota e o seu significado devem ser valorizados. Aljubarrota é várias coisas ao mesmo tempo. Funciona desde o momento em que teve lugar como ingrediente legitimador – *inequívoco juízo de Deus* no dizer de MARIA HELENA COELHO⁶⁹ –. No entanto, acontecimento de carácter militar, não é um simples confronto entre portugueses e castelhanos. Afirmar isto é olhar para as aparências. É antes um confronto entre duas opções dinásticas (estão em confronto dois membros da família real portuguesa, de um lado, a filha do monarca anterior e, do outro lado, um filho ilegítimo do pai do monarca anterior), numa oposição que se torna tão grave porque os problemas em debate têm expressão e raízes nos problemas mais profundos da Europa de então. Por isso, de um lado estão portugueses e ingleses e, do outro lado, portugueses, castelhanos e franceses. Neste sentido, Aljubarrota, sendo magno *acontecimento*, a sua magnitude faz

⁶⁷ *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força*, I, Lisboa, Edição “Nação e Defesa”, [1987] (de onde é feita a citação; reed. Lisboa, Tribuna, 2006), p. 29.

⁶⁸ “Sinais de terra. A ‘Fronteira’ do mar na literatura de viagens portuguesa”, *Mar Aberto. Viagens dos Portugueses*, Lisboa, Caminho, 1999, p. 28.

⁶⁹ *D. João I* [obra citada na nota 3], p. 243. Cfr. o que esta autora escreveu em idem, p. 242-293. Como observa CÉSAR OLIVERA SERRANO, *la legitimidad del nuevo rey* [refere-se a D. João I] *se apoya en una decisión soberana de los estados del reino, pero no en la transmisión hereditaria pactada por Fernando I con los Trastámara, Portugal se apaña en torno a un nuevo soberano que garantiza la supervivencia del reino como entidad independiente, capaz de aglutinarse en torno a la fidelidad urbanista, que es la verdaderamente romana* (*Beatriz de Portugal* [obra citada na nota 8], p. 97). Neste contexto, Aljubarrota constitui o elemento fáctico fundamental neste processo legitimador.

da batalha um *problema*. O nosso desafio é, pois, identificar esse problema para bem perceber o acontecimento. G. DUBY já o disse quando escreveu:

“[L]a bonne histoire, l’histoire nourrissante est celle qui pose un beau problème et tente de le résoudre. Voilà ce qui fait la valeur de l’événement: il permet de mieux poser, de mieux approcher un problème. L’avantage de l’événement, c’est d’être révélateur”⁷⁰.

Nesta ordem de ideias, Aljubarrota é acontecimento revelador. Já foi qualificado, na perspectiva da evolução da história castelhana de então, como *um erro*⁷¹. Talvez o tenha sido. Mas, na perspectiva da história portuguesa, correspondeu a um momento decisivo, em que, no *mare magnum* das questões com que se debate a sociedade portuguesa de então, a opção que acaba por sair vencedora tem decisivas implicações para o reino: condicionará a curto prazo as coordenadas políticas da inserção lusitana na Europa e na Península, determinará o enquadramento dos seus canais de ligação económica externa, definirá o horizonte da sua futura estratégia de fronteira⁷². Em certa medida, ambas as opções dinásticas (de Beatriz e de João) eram portadoras de *possibilidades legitimadoras*. Importa não esquecer que Beatriz era filha de D. Fernando e que João era irmão deste. O problema resultava de uma outra questão: para o reino, cada uma das opções dinásticas implicava uma opção estratégica profundamente diferente.

LUÍS MIGUEL DUARTE escreveu com acerto: *Se as cortes de Coimbra tomaram uma decisão política, esta tinha evidentes repercussões no campo militar*⁷³. Sabemos todos qual foi a data e o lugar onde essas repercussões militares tiveram o seu momento mais alto: na tarde de 14 de Agosto de 1385, em Aljubarrota. Aplicando a esta situação a frase já citada de FRANCO CARDINI⁷⁴, diria que havia, no início da *Crise de 1383-1385*, várias *possibilidades realizáveis*, mas a evolução dos acontecimentos militares conduzirá à *única possibilidade que se torna realidade*. Neste sentido, o desfecho de Aljubarrota mais não representa do que o acontecimento militar que viabiliza a opção política desenhada nas Cortes de Coimbra. É ela, em suma, a data que torna realidade a possibilidade aberta meses antes. Será este o seu significado político.

⁷⁰ DUBY, G.; LARDREAU, G. - *Dialogues*, Paris, Flammarion, 1980. p. 63.

⁷¹ SUÁREZ FERNANDEZ, Luís - *La Europa de la Cinco Naciones* [obra citada na nota 28] 341-342. Cfr. OLIVEIRA SERRANO, César - *Beatriz de Portugal* [obra citada na nota 8], p.79 e seguintes.

⁷² Cfr. o que escrevi em “A soberania portuguesa no final da Idade Média: a génese da ideia de espaço político descontínuo”, *Estudos Comemorativos dos 15 Anos da Licenciatura em Relações Internacionais* (dir. MOTTA, Carlos C. L. Silva; CORREIA, José de Matos), volume II, Lisboa, Universidade Lusitana Editora, 2004, p. 127-148; e em “O Mediterrâneo e a fronteira marítima de Portugal nos séculos XIV-XV”, *Frontiere del Mediterraneo* (ed. CADEDDU, Maria Eugenia; MELE, Maria Grazia), Pisa, Edizioni ETS, 2006, p. 41-60.

⁷³ *Aljubarrota* [obra citada na nota 5], p. 87.

⁷⁴ Obra citada na nota 21.